# Programa gestão APG/USP-SC 2017



**APG-São Carlos** 

# Índice

1. Reforma da sede e visibilidade das ações da APG/USP-SC	2
1.1 Por que devemos nos preocupar com isso?	2
1.2 Nossas propostas	2
2. Regularização jurídica da APG	3
2.1 Por que devemos nos preocupar com isso?	3
2.2 Nossas propostas	3
3. A APG/USP-SC e a Representação Discente	4
4. Assédio Moral na pós-graduação	5
4.1. Por que devemos nos preocupar com isso?	5
4.2. Nossas propostas	5
4.3. Detalhamento das propostas	5
5. Permanência estudantil	7
5.1. Por que devemos nos preocupar com isso?	7
5.2. Nossas propostas	7
6. Melhora dos serviços da Universidade via pós-graduação	8
6.1. Por que devemos nos preocupar com isso?	8
6.2. Nossas propostas	8
6.3. Detalhamento das propostas	8
7. Interação da pós-graduação com o setor produtivo	10
7.1. Por que devemos nos preocupar com isso?	10
7.2. Nossas propostas	10
7.3. Detalhamento das propostas	11
8. Integração da pós-graduação	12
8.1. Por que devemos nos preocupar com isso?	12
8.2. Nossas propostas	12
9. Extensão universitária na pós-graduação	13
9.1. Por que devemos nos preocupar com isso?	13
9.2. Nossas propostas	13

# 1. Reforma da sede e visibilidade das ações da APG/USP-SC

#### 1.1 Por que devemos nos preocupar com isso?

A entidade possui um espaço físico no campus, dentro do CAASO, para executar de modo mais efetivo suas atividades, armazenar seus documentos e receber seus associados.

Hoje, infelizmente, o espaço encontra-se inutilizado, servindo de depósito de lixo sem nenhuma estrutura para reuniões e recepção dos estudantes. Isso ocorre mesmo com a administração local da universidade, prefeitura do campus, apoiando estas necessidades, já tendo sinalizado este apoio no último ano.

Há também grande desconhecimento sobre a entidade e seu funcionamento, com reuniões muito esvaziadas e irregulares.

#### 1.2 Nossas propostas

- Conseguir móveis e as reformas necessárias para o funcionamento da APG/USP-SC
- Reuniões itinerantes e regulares da APG, com calendário bem definido e em associação com a representação discente.
- ❖ Criar um site para a APG/USP-SC
- ❖ Manter a página do facebook da APG/USP-SC atualizada.
- ❖ Fornecer um mail de contato para assuntos pertinentes da entidade.

# 2. Regularização jurídica da APG

# 2.1 Por que devemos nos preocupar com isso?

Apesar de existir há alguns anos, nossa APG não está oficializada, não possuindo CNPj nem um estatuto registrado em cartório. Tal situação reduz a força política de diálogo do órgão dentro da universidade, na participação de conferências de direitos dos pós-graduandos (por exemplo CONAP: http://www.anpg.org.br/?p=9311) e reduz os próprios meis de cobrança dos estudantes à associação, que não tem nenhum documento oficial para ser usado de base

Reformularemos o estatuto a partir de consultas aos estudantes em assembleias e o submeteremos a referendo via votação eletrônica. A partir daí o registraremos e oficializaremos a associação para todos os fins legais. Além disso, **todos** os documentos e contas da APG serão disponibilizados para consulta pública, com garantia de anonimato, quando necessário. Não há razão para não expor documentos oficiais da comunidade que ela se propõe a representar.

# 2.2 Nossas propostas

- Reformulação do estatuto da APG e submissão do mesmo a referendo pelos associados via sistema de votação eletrônico.
- Regularização jurídica da APG
- Transparência total de documentos e financeira

# 3. A APG/USP-SC e a Representação Discente

O regimento da Universidade de São Paulo dava aos estudantes autonomia em seus processos eleitorais para a escolha de seus representantes junto aos órgãos colegiados. Uma controversa decisão do Conselho Universitário em junho de 2016, na qual os membros da pósgraduação foram voto vencido, retirou dos estudantes e de suas entidades representativas autonomia sobre o processo.

A decisão que já influenciou a última eleição para a representação discentes nos órgãos colegiados centrais da universidades, passa a ser estendida às unidades.

Não achamos que a maior presença institucional nas eleições de RDs representa um problema em si, mas a total desvinculação destas com os estudantes e suas entidades não é consonante com a necessidade imperativa de diálogo entre todos os agentes da universidade.

No campus, a situação da representação discente de pós-graduação não é das melhores, tendo cadeiras vacantes em muitos órgãos e pouca interação entre representantes da mesma unidade. A APG não pode se manter alheia a esta realidade, devendo estimular a representação discente e manter-se em diálogo ativo com os representantes das unidades.

#### 3.1 Nossas propostas

- ❖ Defender a participação e soberania das APGs na representação discente de pós-graduação nos conselhos centrais e na universidade;
- ❖ Estimular a representação discente nas unidades do campus;
- Promoção de reuniões em conjunto com a representação discente local;
- ❖ Defendemos uma atuação discente com independência, transparência, compromisso com a construção do movimento, amplitude e capacidade de diálogo institucional.

## 4. Combate ao Assédio Moral na pós-graduação

#### 4.1. Por que devemos nos preocupar com isso?

O adoecimento mental é muito comum na pós-graduação, sendo mais prevalente do que em outras áreas profissionais (ver <u>aqui</u> e <u>aqui</u>). O ambiente estressante e insalubre pode estar associado a este grave problema, que afasta da ciência muitos jovens com grande potencial.

Existe uma cultura de produtividade e de hierarquias na academia que permite com que pesquisadores mais experientes violentem jovens pesquisadores levando, entre outras consequências, ao adoecimento mental. As próprias vítimas costumam não reconhecer estas violências ou ainda aceitam se submeter a elas devido ao ambiente coercitivo e cobranças que faz a si mesmo. A violência psicológica frequentemente passa despercebida nas relações sociais e de trabalho.

Pela própria condição frágil do pós-graduando em relação à bolsa e seu orientados, acreditamos que a APG deve atuar como um órgão independente, com poder representativo para levar denúncias, garantindo anonimato quando necessário, às CPG e/ou conselhos superiores para realizar investigações e acabar com os abusos.

#### 4.2. Nossas propostas

- Criar uma cartilha educativa que ilustra situações de assédio moral/físico/sexual e com orientações de como realizar a denúncia
- Compor uma comissão permanente para denúncias de assédio, com representantes capazes de levar o problema às CPGs, diretorias e órgãos superiores, garantindo o anonimato do denunciante, quando requisitado.
- Trazer um profissional de assistência psicológica para o campus

# 4.3. Detalhamento das propostas

Iremos criar uma comissão independente, com o máximo de representantes possíveis das mais diversas etnias, sexualidades e gêneros (conversaremos com os coletivos e grupos de discussão específicos para isso) com a função de receber denúncias e debater a questão com os diretores e presidentes das CPGs, tendo o respaldo de uma entidade representativa reconhecida pela APG do campus.

Além disso, faremos uma página web para essa comissão como uma forma extra de receber

denúncias anônimas e relatos, passando mais segurança para o estudante que se sentir intimidado pelo orientador ou pela estrutura política da pós-graduação.

Discutiremos também com os diretores sobre a possibilidade de trazer um psicólogo qualificado para o campus, ao menos 2 vezes por semana, como forma de avaliar a situação de stress e desconforto dos estudantes, dando mais qualidade de vida para estes. Acreditamos ser possível trazer profissionais do campus de Ribeirão Preto ou da UFSCAR para realizar este trabalho.

#### 5. Permanência estudantil

#### 5.1. Por que devemos nos preocupar com isso?

A partir das políticas públicas afirmativas e a expansão do ensino superior vivida nos últimos anos, estudantes com outro perfil socioeconômico e racial ingressaram na universidade. Esta mudança que se inicia na graduação chega também à pós-graduação e é necessário ampliar nossa concepção sobre permanência estudantil, entendendo que ela deve ser oferecida a todo estudante de baixa renda e condições de vulnerabilidade social.

A condição híbrida do pós-graduando - que está em uma importante etapa de formação acadêmica, mas também exerce atividade profissional de pesquisador - o mantém em um vácuo regulatório, pois não possui os mesmos direitos garantidos aos trabalhadores formais e também frequentemente não goza dos direitos conquistados pelos corpos discentes das universidades. É importante que esta condição seja reconhecida e regulamentada, possibilitando melhores condições de formação e pesquisa a estes jovens pesquisadores.

# **5.2.** Nossas propostas

- ❖ Defender que os pós-graduandos baixa renda possam morar no aloja.
- ❖ Defender, junto com o CAASO, a expansão do Aloja para todos os estudantes que precisem.
- ❖ Defender a criação de bolsas de permanência estudantil para pós-graduandos de baixa renda junto ao conselho gestor do campus.
- ❖ Defender, junto com o CAASO, a conquista do passe livre estudantil aos discentes;
- ♦ Discutir a integração dos serviços de saúde da USP-São Carlos com o SUS.
- ❖ Discutir com a instituição o fornecimento de um serviço psicológico específico para as necessidades da pós-graduação.

# 6. Melhora dos serviços da Universidade via pós-graduação

# 6.1. Por que devemos nos preocupar com isso?

Apesar da Universidade dispor de estudantes e docentes extremamente qualificados nas mais diversas áreas, que, após defesas, compõe cargos importantes de desenvolvimento no setor produtivo, frequentemente observamos na universidade serviços, tanto tecnológicos como de gestão, bastante ineficazes ou com problemas que a própria comunidade seria capaz de resolver, como, por exemplo, o controle de catracas e o controle de acesso do bandejão.

Com a mesma verba que seria gasta em licitações de empresas tercerizadas (lembrando que em certos setores, há pouquíssimas empresas de fato qualificadas para os serviços exigidos), é possível que sejam realizados convênios com pós-graduandos e laboratórios, com um benefício sobre a bolsa de pesquisa e contagem de créditos, para que estes usem seu conhecimento qualificado em prol da comunidade.

Além da melhora dos serviços da comunidade, tais contratos servem de uma experiência real de mercado de trabalho para os pós-graduandos, que terão de resolver um problema real ou desenvolver um produto, incentivando o empreendedorismo e a inovação. Por tais características, tais contratos poderiam receber auxílio da Agência USP de Inovação.

#### **6.2.** Nossas propostas

- Criação de convênios da Universidade com pós-graduandos e laboratórios para resolver problemas que empresas terceirizadas seriam contratadas para fazer. Lutaremos para que os contratos contenham os seguintes itens:
  - ➤ Auxílio financeiro sobre o valor da bolsa, proporcional à complexidade do serviço
  - > Contagem de créditos pelo serviço realizado/produto desenvolvido

### **6.3.** Detalhamento das propostas

No contexto da atual crise da USP, acreditamos que estes contratos terão o forte argumento sobre a administração de redução de custos, uma vez que a própria comunidade fazendo o serviço, menos papelada burocrática é necessária para validar estes contratos.

O mesmo dinheiro que seria investido em uma empresa terceirizada, muitas vezes de baixa qualidade, servirá como um complemento extra à já apertada bolsa de pós-graduação.

Além disso, sendo um serviço oficial, o estudante poderá colocar o trabalho em seu currículo como desenvolvimento de uma solução real à comunidade, que o beneficiará no futuro na

busca de um emprego. Eventualmente, caso surjam soluções inovadoras do projeto, a Agência de Inovação pode fornecer um auxílio para transformar a ideia é um start-up dos próprios estudantes, além de gerar patentes.

## 7. Interação da pós-graduação com o setor produtivo

# 7.1. Por que devemos nos preocupar com isso?

Mesmo a pós-graduação possuindo um viés altamente acadêmico, muitos pós-graduandos tem a intenção de prosseguir com suas carreiras na iniciativa privada, seja como mão de obra altamente qualificada, seja pela via do empreendedorismo com as próprias empresas. Apesar disso, a barreira entre a Universidade e a sociedade, de uma forma geral, e com o setor produtivo, particularmente, é grande, devido à uma concepção de que a Universidade deve ser completamente independente na realização de suas pesquisas.

Concordamos parcialmente com tal concepção, não há país do mundo que possua forte desenvolvimento tecnológico e intelectual sem uma ciência de base forte. No entanto, acreditamos ser fundamental que a Universidade traga retornos à sociedade na forma de produtos e iniciativas inovadoras, além de fomentar tais atividades, assim como grandes centros de pesquisa como MIT, Harvard ou Stanford

Sob esta ótica, propomos a regulamentação de consultorias "Freelancer" entre pósgraduandos e empresas privadas, que além do serviço servem como uma ponte de contatos no ramo. Além disso, acreditamos que a Universidade atue como incubadora de ideias inovadoras de estudantes, fornecendo infra-estrutura e apoio jurídico. As iniciativas incubadoras seriam julgadas por uma comissão que não possua vínculos diretos com os interessados, e então formulado um contrato que define a divisão de potenciais patentes. Tais iniciativas podem ser realizadas com apoio da Agência USP de Inovação.

# 7.2. Nossas propostas

- ❖ Regulamentação de consultorias "Freelancer" por pós-graduandos
- ❖ Apoio da Universidade na incubação de ideias inovadoras vindas de pós-graduandos
- ❖ Divulgação dos programas de bolsas de interação com a indústria, com o Doutorado Acadêmico Industrial (DAI) ou o Doutorado-Sanduíche Empresarial (SWI)
- Estimular a criação de uma empresa júnior de pós-graduandos

### 7.3. Detalhamento das propostas

Discute-se muito a entrada da iniciativa privada na Universidade, com o argumento que este capital externo ditaria os rumos da pesquisa científica. Por diversos exemplos ao redor do mundo,

nós discordamos desse argumento. Acreditamos que com contratos bem feitos e claros (eles já existem, mas com pouca clareza, o que favorece mais a exploração e corrupção), ambos mundos podem coexistir.

Com apoio da agência de Inovação e de docentes com perfil empreendedor, acreditamos ser possível formalizar propostas que permitam o trabalho do estudante ligado à iniciativa privada sem ferir as regras de exclusividade da FAPESP e do CNPq, e flexibilizar as regras da CAPES.

A ciência tem um papel fundamental para transformar a sociedade, mas sozinha, ela é incapaz de mudança. O grande papel transformador vem das pessoas, das ações dos indivíduos e grupos organizados. É fundamental o incentivo ao pensamento empreendedor forte na população, trazendo não só a iniciativa privada para a Universidade, mas levar o senso científico para que as empresas invistam em setores de Pesquisa e Desenvolvimento, para criar um conhecimento tecnológico nacional.

# 8. Integração da pós-graduação

# 8.1. Por que devemos nos preocupar com isso?

Durante o desenvolvimento do nosso projeto, frequentemente nos isolamos na pesquisa e em leituras de artigos, atolados com um grande volume de trabalho. Entretanto, muitas vezes há pessoas próximas de nós, que trabalham justo com aquilo que precisamos, dispostas a ensinar, e nem ficamos sabendo!

Acreditamos na promoção de eventos científicos, de forma a unir as pessoas de áreas ou com interesses correlatos, tanto da graduação como da pós-graduação. Tal interação pode ser feita nos moldes dos "seminários de coisas legais" do ICMC, colocando o estudante para falar sobre qualquer tema que achar interessante. Com isso, novas colaborações entre estudantes se formarão, além de atrair possíveis estudantes de iniciação científica, quebrando a barreira que se forma na graduação do pós-graduando como alguém muito além.

# 8.2. Nossas propostas

- ❖ Promoção de seminários ministrados por pós-graduandos sobre temas do seu interesse
- ❖ Criar uma ponte de interação entre graduação <-> pós-graduação
- Criar uma cartilha de recepção aos pós-graduandos, com informações gerais e principais linhas de pesquisa dos institutos

Realizar uma semana de recepção aos pós-graduandos

# 9. Extensão universitária na pós-graduação

# 9.1. Por que devemos nos preocupar com isso?

Apesar da Universidade contar com o tripé Ensino/Pesquisa/Extensão, durante a pós-graduação, somos muito estimulados ao desenvolvimento de pesquisa, há um certo estímulo por bolsas de monitoria ao Ensino, mas há poucas iniciativas de extensão. Organização de eventos científicos ou de divulgação científica, palestras em escolas ou trabalho voluntário não são, em geral considerados nos programas de pós-graduação.

Propomos que tais atividades possam contar créditos para o estudante, inclusive as de iniciativa do próprio estudante, como palestras de divulgação em escolas ou auxílio no desenvolvimento de material didático.

Além disso, conversaremos com as Empresas Jr. sobre a possibilidade que elas façam o intermédio de serviços de pós-graduandos para a comunidade, que podem ir desde gestão até otimização de sistemas computacionais.

# 9.2. Nossas propostas

- Contagem de créditos por atividades de extensão
- ❖ Defender a criação de uma bolsa de apoio à extensão para a Pós-Graduação.
- ❖ Atividades de iniciativa do próprio estudante sejam consideradas como extensão, dispensando a necessidade de editais.
- ❖ Intermédio das Empresas Jr. para serviços à comunidade
- Divulgação das bolsas de pós-doc da prefeitura